

Resolução da Mesa Nacional

Bloco de Esquerda

31.01.2026

A nova configuração do imperialismos e as tarefas da esquerda

A escalada abrupta do discurso e das ações do presidente dos Estados Unidos da América aceleram a História, combinando elementos de continuidade e de rutura face aos últimos anos.

Há continuidade na erosão do Direito Internacional. Mesmo se a “ordem internacional baseada em regras” herdada da II Guerra Mundial conviveu bem com a impunidade de crimes como as invasões do Panamá, do Iraque, da Ucrânia ou a ocupação da Palestina, não é menos verdade que a Carta das Nações Unidas deu expressão às lutas anticoloniais e anti-imperialistas. Esse tempo breve está a terminar diante dos nossos olhos, despindo a lei do mais forte de limites jurídicos e éticos e assumindo-a em toda a sua crueza como mecanismo de governação global.

A ameaça de ataque militar norte-americano em território sob soberania europeia marca essa rutura. Depois dos insultos e da pressão nas tarifas comerciais, chega a ameaça militar, mostrando que a disputa com a China (neste caso pelos recursos minerais da Gronelândia) é mais importante para Washington do que a estabilidade da relação com as potências europeias, que passam de aliadas subalternas na NATO a meros objetos de assédio.

A nova estratégia de segurança nacional aprovada por Donald Trump define os termos da sua resposta unilateral: domínio global pela força militar e pela chantagem tarifária, tutela sobre os recursos das Américas, confronto com a China. É neste contexto que deve ser lido o ataque militar à Venezuela. Abandonando qualquer retórica democrática e objetivos de “mudança de regime”, Donald Trump assume a guerra pelo saque dos recursos e para conter a influência económica da China. As sanções e a constante ameaça militar contra o Irão seguem uma lógica semelhante, tal como a mais recente traição norte-americana aos curdos, na Síria.

Elemento igualmente muito relevante da estratégia trumpista global é a criação de um inominável Conselho da Paz, supostamente para colonizar Gaza, mas que vai ainda mais longe e se configura como uma sociedade de nações por quotas, com reserva de admissão, para homologar as ações ilegítimas dos Estados Unidos, evitando o veto moral da ONU e apontada ao extrativismo

mineral e a todas as transações comerciais que ilustram o supremacismo corporativo dos Estados Unidos.

O Bloco de Esquerda solidariza-se com todos os povos ameaçados na sua autodeterminação e na escolha livre do seu governo, sem ingerências externas nem fraudes eleitorais e repressão como a que o governo venezuelano protagonizaram nos últimos anos.

O Bloco de Esquerda exige que o Governo português recuse categoricamente qualquer convite para ingressar na sociedade criada por Donald Trump e, ao invés, reforce o seu vínculo político com a Organização das Nações Unidas e com as disposições da sua Carta sobre a solução pacífica das controvérsias internacionais e a proibição do uso da força nas relações internacionais.

A União Europeia nunca aplicou sanções a Israel e permitiu a venda de armas, agradeceu o bombardeamento do Irão, aplaudiu o rapto do presidente da Venezuela, ficou em silêncio quando Trump ameaçou os governos democraticamente eleitos da Colômbia, do México e do Canadá. É também de silêncio cúmplice que se faz a posição da UE em relação ao genocídio de Gaza, que continua a decorrer, embora afastado das atenções mediáticas. E é essa a sua atitude face à preparação pelos Estados Unidos e Israel de uma nova guerra contra o Irão. O pretexto, que continua a ser vendido, de que a agressão militar pode trazer consigo a democracia e a liberdade esbarra na evidência histórica.

A União Europeia, mantendo a subalternização face aos EUA, justifica agora os novos acordos de comércio livre, como o Mercosul, como passos para uma maior autonomia. Na verdade, aprofunda a corrida para o fundo em matéria de sobreexploração do trabalho e do planeta. Adotar a política de que se alimenta Trump, não constrói alternativa a Trump.

O Bloco de Esquerda empenha-se na construção de toda a unidade em torno de uma mobilização internacionalista na Europa que conjugue a oposição à guerra imperialista com a resistência antifascista. Concretizando esta estratégia, o Bloco de Esquerda lança em Portugal a iniciativa “Justiça pela Palestina” para exigir o fim do acordo de associação entre a União Europeia e Israel. Esta campanha europeia, que recolheu 400 mil assinaturas em três semanas, dialoga com as mobilizações populares contra o genocídio que atravessam a Europa e são hoje a primeira linha de defesa europeia do Direito internacional.

A reconfiguração da ação imperialista coloca a NATO num quadro de profundas contradições. A mesma opinião pública que tinha reabilitado a NATO após a invasão russa da Ucrânia, vira-se agora contra ela. Este distanciamento,

assumido pelas principais potências europeias na criação da “Coligação de Vontades”, não significa rutura com a NATO, mas agravamento das suas contradições internas, materializado agora na tentativa de prevenção de uma entrada militar americana na Gronelândia através da instalação de um destacamento militar europeu. O aparente recuo de Trump, cancelando (por agora?) o uso da força no Ártico e suspendendo o aumento punitivo das tarifas para os produtos europeus no mercado dos EUA, deve-se ao seu expressivo isolamento. Os povos europeus podem, na sua maioria, não querer por agora a dissolução da NATO em detrimento de uma defesa europeia, mas percebem claramente que não existe comunhão de objetivos entre a Europa e os EUA. Percebem que o guarda-chuva americano é afinal uma lança. Percebem que os países europeus eram satélites e agora são peões, percebem que o imperialismo russo tem interesses estratégicos comuns com o imperialismo americano, como ficou patente na Cimeira do Alasca. A esquerda progressista tem hoje mais espaço para ser ouvida quando afirma que nem Trump, nem Putin interessam à paz e à democracia.

O Bloco de Esquerda reafirma a exigência de retirada de Portugal da NATO e de extinção desse bloco militar, reduzido hoje à função de mediador dos Estados Unidos para a venda de armamento à Europa.

O Bloco de Esquerda defende que Portugal se empenhe na construção de uma cooperação europeia para a defesa e segurança, que, não se confundindo com a criação de um exército europeu, afirme o primado do direito internacional e que se possa constituir como uma voz credível para um processo de desarmamento multilateral.